

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Valmir Comin
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Menciona que no fim do ano costumam aportar na Assembleia Legislativa projetos polêmicos para serem votados às pressas e goela abaixo, trazendo mudanças profundas, a exemplo das MPs da Segurança Pública. Parabeniza os servidores presentes no plenário que acompanham a votação dos projetos. Entende que há um desmonte da política pública na educação, saúde e segurança pública do estado, e também na agricultura, nos serviços da Epagri e da Cidasc,

colocando-se à disposição na luta pela valorização dos servidores.

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Discorre sobre a transformação das SDRs em agências, abordando dados numéricos do relatório apresentado pelo Tribunal de Contas do estado, mostrando, por exemplo, gastos em manutenção da estrutura administrativa de R\$ 638 milhões das secretarias nos primeiros cinco anos de existência. Questiona as desigualdades entre as regiões frente os dados percentuais, demonstrando investimentos enormes numa determinada região e noutra quase nada.

Observa também, a disparidade do nível técnico dos ocupantes de cargos de chefia e de diretoria, permanecendo na função por curto espaço de tempo. Enfaticamente, diz que a descentralização não cumpriu o enfrentamento das desigualdades econômicas, produtivas e sociais das regiões catarinenses, colocando sua posição favorável à redução das SDRs.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Defende mais participação dos representantes dos partidos em relação a tramitação dos projetos de lei na Assembleia Legislativa no sentido de corresponder à expectativa da sociedade e dos trabalhadores. Demonstra preocupação sobre a notícia de que alguns deputados estariam recebendo do governo subvenção social proveniente do Fundo Social, e chama a atenção para o acompanhamento e apuração do fato.

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Comenta sobre as três medidas provisórias da Segurança Pública encaminhadas à Assembleia Legislativa, editadas pelo governador, para serem votadas na presente data. Reputa que há um abuso em relação ao envio de matérias por parte dos governos

federal e estadual, considerando que as medidas provisórias enviadas ao Parlamento não obedecem ao critério da urgência e da relevância, previstos na Constituição.

Ressalta que, apesar da crise econômica que vive o país, é preciso priorizar as questões sociais como segurança, saúde e educação, insistindo na necessidade do debate e da votação, em primeiro lugar, da admissibilidade, por entender que medidas do tipo não fazem bem à democracia e não devem ser admitidas pelo Parlamento.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela coerência e pela lógica em seguir o Regimento Interno, concordando com a importância da oportunidade de debate sobre a questão com todos os deputados.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão até as 16h.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0270/2015, 0299/2015, 0372/2015, 0373/2015, 0396/2015, 0407/2015.

Não há emendas às redações finais.

Estão em votação as redações finais dos projetos de lei lidos.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0297/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro, que denomina Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio localizada no Bairro Parque Guarani, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0260/2015, de origem governamental, que dispõe sobre a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional.

Esta matéria será votada no final da presente sessão.

Discussão e votação do Projeto de Conversão em Lei n. 0201/2015, de procedência da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e banco de horas no âmbito do Instituto-Geral de Perícias e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, todos os servidores da Segurança Pública que acompanham esta sessão, estamos votando agora a Medida Provisória n. 0201/2015, que trata da Jornada de Trabalho e do banco de horas do Instituto-Geral de Perícias.

Quero manifestar-me, da mesma forma como fizemos hoje pela manhã, destacando aqui que as três medidas provisórias ferem, na nossa

avaliação, o princípio constitucional na medida em que não deveriam ter sido encaminhadas através de medidas provisórias, mas através de projeto de lei.

De qualquer forma, quero chamar a atenção para a necessidade de dialogarmos com os servidores da Segurança Pública. Seria fundamental que conseguíssemos fazer isso. Acredito que dado o avanço dessas medidas provisórias, já para a votação em Plenário, é difícil propor que o governo as retire, mas quero trazer aqui o sentimento dos servidores que é pela retirada da matéria, neste caso da Medida Provisória n. 0201/2015.

Quero, sr. presidente, solicitar votação nominal para que os deputados posicionem-se. A nossa votação tem que ser transparente e aberta!

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a minha posição sobre as medidas provisórias está muito clara, mas quero trazer novamente presente aqui que fiquei extremamente surpreso quando soube, pelo o que conversei com a nossa líder deputada Luciane Carminatti, que não foi feito acordo, e o deputado Fernando Coruja reforçou isso antes na tribuna de que a comissão de Trabalho não se reuniria hoje, estava marcada para as 11h e foi suspensa.

Portanto, não participei de nenhuma votação dessa matéria na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que, na minha avaliação, era uma comissão extremamente importante.

Por isso, quero salientar que vou buscar inclusive a possibilidade de medidas judiciais

sobre esta não tramitação na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Muito obrigado!

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Fernando Coruja, a discussão está encerrada. Estou concedendo a palavra apenas para encaminhamento de votação. Eu abri as inscrições e inscreveram-se a deputada Luciane Carminatti. Há mais duas medidas provisórias do mesmo tema, e v.exa. pode discutir na segunda ou na terceira, sem problema nenhum. Agora estamos em votação.

Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Depois de muito debate e construção, o meu encaminhamento é pelo voto "sim", voto um.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e dez votos "não".

Está aprovada a matéria.

Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não consegui votar, e o meu voto é contrário.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Esta Presidência acata o voto contrário do deputado Dirceu Dresch a este projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 11 votos "não".

Discussão e votação do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0202/2015, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito das instituições militares estaduais e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Fernando Coruja, por dez minutos.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, estamos votando agora a segunda medida provisória, sendo que a primeira foi votada rapidamente, perdendo apenas para a votação na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, hoje, pela manhã, que foi virtual, votação que não pude participar porque fui comunicado que não haveria a reunião, bem como o deputado Dirceu Dresch, e ali poderíamos ter debatido o tema, que evidentemente é muito importante. Então, acabei não votando sobre a questão.

Essas medidas provisórias tratam de assuntos relativos aos servidores do IGP, da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. São assuntos relevantes do ponto de vista da categoria, da sociedade, mas não obedecem a um critério mais específico exigido pela Constituição, que é da urgência para que sejam editadas medidas provisórias. Essas medidas provisórias não obedecem ao critério da urgência que, apesar de ser um critério subjetivo sobre certo sentido, não é uma palavra vazia que não vale nada. Para usar a terminologia dos linguistas, ela seria apenas um significante sem significado. Então, ela tem um significado e precisa ser interpretado. Urgente é diferente de discricionário. Discricionário é quando o chefe do Executivo pode escolher, em determinadas situações, entre três, quatro ou mil opções. Ele tem opção para nomear alguém e pode escolher. No caso da urgência, não é algo que tem dez opções, porque se tiver dez opções não é urgente, a urgência é quando há apenas uma única opção, que

tem que ser feita naquele instante, e caso não seja feita vai haver um prejuízo para a sociedade.

Evidentemente que não é o caso das medidas provisórias tratadas aqui. Essas medidas provisórias não obedecem aos critérios, como já disse aqui antes, aliás, entendo que o governo precisa ser mais criterioso e colocar as questões em debate. Passa pela cabeça de alguém que um assunto dessa natureza seja debatido na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Casa, virtualmente, sem ninguém presente. Quer dizer, foi uma coleta de assinaturas. Acabamos passando dos limites da razoabilidade que enfraquecem o nosso poder de decisão.

(Manifestações das galerias)

No caso específico da medida provisória anterior, há uma questão envolvendo a indenização, que é paga aos servidores e a única categoria que não recebe é a dos servidores do IGP.

Essa questão, evidentemente, vai ser discutida. Fiz até uma emenda, que não foi acatada, visando à retirada do termo "poderá ser". Então, esses assuntos que tratam da segurança de maneira geral precisam ser mais debatidas.

É verdade que hoje nós vivemos uma situação economicamente difícil no país, todo mundo reconhece isso. Agora, isso quer dizer que nós precisamos ter um debate maior, porque aí é preciso ver o que é prioritário. Se nós temos menos dinheiro, e qualquer um reconhece isso, temos mais dificuldades, então precisamos saber onde aplicar.

(Manifestações das galerias)

Prioridade significa colocar uma coisa depois da outra, se eu tenho dez coisas para fazer, tenho que definir a de número um, número dois, número três, e por aí afora. Não é assim, tudo é prioridade, tudo é número um! Isso não é prioridade, pois deve haver uma escala em que se coloca uma coisa em primeiro lugar, depois a segunda e depois a terceira.

Eu tenho defendido que um país precisa investir nos cuidados com o seu povo: educação, saúde e segurança.

(Manifestações das galerias)

Ele tem que sacrificar, em determinado instante, alguns setores. No caso específico aqui das medidas provisórias, eu já votei anteriormente contra a medida provisória e vou continuar votando contra.

(Manifestações das galerias)

Eu acho que assiste razão ao governo de fazer algumas questões, mas isso não pode ser objeto de medida provisória e precisa evidentemente ser debatido. Fui cerceado em defender o meu posicionamento. Fui cerceado no primeiro turno, na votação da admissibilidade e o presidente disse: já está vencido. Agora, fui cerceado na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, de certa forma, porque queria debater uma oportunidade maior e inclusive pedir vista à medida provisória, porque tenho direito de estudar depois que são feitas as emendas, mas não tive essa oportunidade, e na votação da primeira medida provisória também.

Não concordo com essas medidas provisórias. Votei contra a primeira, agora votarei contra, e depois também.

(Manifestações das galerias)

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Fernando Coruja, v.exa. não foi cerceado da palavra. V.Exa. não se inscreveu para falar na hora oportuna e eu lhe dei o tempo de dobro agora, inclusive para compensar o tempo da medida provisória anterior. V.Exa. teve e terá o tempo necessário.

Continua a inscrição aberta por até cinco minutos.

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciana Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero solicitar, na Medida Provisória n. 202, votação

nominal no painel eletrônico e pedir a palavra para discutir.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Perfeito. Continua aberto o painel e v.exa. tem cinco minutos para discutir.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero destacar a importância dos deputados terem uma posição autônoma e de representação política e responsável na hora do voto.

A Medida Provisória n. 202, que trata da jornada de trabalho e do banco de horas da Polícia Militar, dos Bombeiros Militares, estabelece para todos os trabalhadores de Santa Catarina, que a partir da votação de hoje, todos terão que trabalhar oito horas, todos os dias, sem parar, sem descanso, domingo, feriados, sábado, durante 30 dias. E se isso vale para os servidores da Segurança Pública, vai valer para os outros trabalhadores também.

(Manifestações das galerias)

É isso que eu pergunto, se é o que a sociedade quer. Nós estamos num processo neste país de não abrir mão de direitos que foram conquistados. Os trabalhadores da Segurança Pública têm uma carga horária de 160 horas, esses que citei nesse momento, e não querem discutir 80 horas extras, querem discutir qualidade de vida e saúde.

(Manifestações das galerias)

É isso que está em jogo. E digo mais, a responsabilidade da falta de policiais não é dos policiais que estão dando a sua vida para proteger a população. A falta de policiais é de responsabilidade do estado que, pela terceira vez, adia um concurso público que está em andamento para fazer academia em março do ano que vem, sem considerar que hoje mais policiais entram para a reserva do que são chamados no concurso.

Então, essa conta não pode ser do servidor, tem que ser de quem administra este estado há muito tempo, porque também não é um problema de agora.

(Manifestações das galerias)

Por último, quero destacar que nós não estamos tratando aqui de máquinas, estamos tratando de

servidores que são pais, mães, que vão trabalhar todos os dias para proteger a nossa vida e precisam estar em condições de fazer esse trabalho, tanto a Iresa quanto a escala de trabalho não vão ajudar na segurança do estado de Santa Catarina.

Então quero, mesmo sabendo do resultado da votação, lutar pelo certo, que é pedir a retirada dessa medida provisória.

(Manifestações das galerias)

É isso presidente, obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Consulto os srs. deputados se todos votaram.

Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

Deputado Gelson Merisio (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente.

Vou resgatar aqui um pouco, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, este assunto das medidas provisórias está regulamentando a situação de 2013 e foi negociado, e quando as medidas provisórias aportaram nesta Casa houve várias solicitações desta indenização, ou seja, da gratificação incidindo nas férias, 13º salário, salário maternidade, doenças graves, e o governo cedeu às reivindicações.

E hoje de manhã foi acordado aqui nesta Casa a emenda na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que permitiu estabelecer o prazo de vigência de um ano e, a partir de então, os comandos da Polícia Militar, da Polícia Civil não terão mais esta autonomia concedida por esta lei, através da emenda que foi proposta na comissão de Trabalho Administração e Serviço Público e foi democraticamente deliberada a favor, inclusive da polícia.

Portanto, o nosso encaminhamento é voto um, sr. presidente.

(Manifestações das galerias)

Deputado Gelson Merisio (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Voltaram 36 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e 12 votos "não".

Está aprovado em turno único.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, srs. deputados, em relação à aprovação da lei em 2013, passaram 18 meses e não houve nenhuma construção da categoria.

Estudos mostram que o impacto dessas MPs representam 17% a menos nos salários dos policiais militares e civis. As MPs retiram o direito de recebimento, como falou a deputada Luciane Carminatti, da indenização do serviço ativo sobre o 13º, férias, em algumas licenças e também em outros benefícios que tinham, ocasionando dessa forma, srs. deputados, um problema gravíssimo, inclusive nas escalas de serviço que esta Casa tinha a obrigação de corrigir, que é a jornada de 24/48h.

Então, algumas emendas que foram feitas tentaram corrigir o incorrigível, por isso, srs. deputados, votei "não" na MP n. 0201, também "não" na MP n. 0202 e, certamente, será "não" na MP n. 0203, porque se é um tema que temos debatido constantemente nesta Casa é a questão da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, e só se faz segurança valorizando esses profissionais que estão na rua, garantindo a segurança do povo catarinense.

(Manifestações das galerias)

Então, somos contra as respectivas medidas provisórias.

Muito obrigada!

(Palmas)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -
Discussão e votação em turno único do Projeto de
Conversão em Lei de Medida Provisória n.
0203/2015, de procedência da comissão de Trabalho,
Administração e Serviço Público, que dispõe sobre
as formas de cumprimento da jornada de trabalho e
banco de horas no âmbito da Polícia Civil do
estado e de Santa Catarina e estabelece outras
providências.

Conta com parecer favorável das comissões de
Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e
de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Deputado Mário Marcondes - Peço a palavra, sr.
presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a
palavra o sr. deputado Mário Marcondes.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES - Sr. presidente,
queria fazer uso da palavra, no momento, para
anunciar que o meu pensamento é convergente ao
posicionamento do deputado Fernando Coruja no que
se refere às medidas provisórias.

Acho que a melhor forma de buscar a
conciliação com a categoria é conversando,
colocando na mesa os fatos.

Tem sido um hábito, infelizmente, por parte do
governo do estado, colocar as coisas nesta Casa de
forma um tanto o quanto quadrada. As coisas estão
vindo para a Assembleia sem que nós,
parlamentares, da base do governo ou não, tenhamos
a mínima explicação a respeito. Tivemos um exemplo
típico aqui quando veio a Medida Provisória n.
198, dos professores. Veio um monte de papel e o
secretário sequer veio conversar conosco.

E agora, mais uma vez, o secretário da
Segurança faz a mesma coisa. As coisas são
encaminhadas através da Casa Civil, não há
discussão, e acaba-se votando meio que na corrida
e sem análise, sem a reflexão necessária.

Por isso, - e não falo aqui em nome do líder
do PR, deputado Natalino Lázare, mas em meu nome -
os meus votos foram pela rejeição das duas medidas
provisórias e será "não" também nesta que ora se
discute.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputado que votaram "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não

DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e 13 votos "não".

Está aprovada em turno único a presente matéria.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0260/2015, de procedência governamental, que dispõe sobre a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, extingue cargos e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, é possível demonstrar no painel a votação desta terceira medida provisória, pois não apareceu a nominata.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Como não apareceu? Vocês podem não ter assistido, mas apareceu, sim. Eu vi. Está impressa. V.Exa. pode solicitar a votação que ela está impressa.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATI - Obrigada!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0260/2015, que dispõe sobre a transformação...

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, somente para encaminhamento, houve uma ampla discussão deste projeto de lei nesta Casa. Ele tramitou em todas as comissões. Nós oferecemos, em nome da bancada do PMDB, nove emendas na comissão de Constituição e Justiça, entendendo que cinco dessas emendas não alteram, de forma alguma, o contexto de todo o projeto por se tratarem de emendas que corrigem, na verdade, erros na redação do projeto original.

Mas oferecemos também quatro emendas, dentre as nove, que em nada diferem da vontade de sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, ou seja, isso deixa bem claro à sociedade de Santa Catarina que em momento algum o PMDB, nesta Casa, foi a favor da manutenção de cargos nas Secretarias Regionais.

Desde o início, o nosso discurso e os nossos atos formalizados no projeto que está em tramitação foram no sentido de acatar todos os cortes que o governo do estado propôs neste projeto de lei. Mas fomos além, pois a nossa emenda procurava restabelecer critérios de Justiça na distribuição das gratificações na gerência de educação, sem aumentar valores, diminuindo dos que recebem para conceder aqueles que não recebem nada.

Mas, após ampla conversa e discussão dentro da bancada do PMDB, hoje, ao meio dia, também com o governo do estado, estabeleceu-se uma oportunidade para que possamos, através de decreto, e numa nova legislação, corrigir essas pequenas distorções que o projeto apresenta e permitir com que o governo do estado consolide os encaminhamentos até então feitos desde o dia 1º de janeiro deste ano.

Por isso, a bancada do PMDB, retirou os pedidos de destaque de apreciação dessas emendas em Plenário e vota com o governo o projeto original.

(Manifestações das galerias)

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Antes de passarmos à deliberação da matéria, e também

dos destaques, informamos que foi registrada uma emenda em Plenário do deputado Rodrigo Minotto, pela extinção das regionais, emenda que não será aceita em função de nós já termos deliberado a votação para hoje. Peço a compreensão do deputado. Está feito o registro, mas não há como acatar a presente emenda neste momento.

Nesse momento vamos votar o destaque da bancada do PT, com substitutivo global proposto.

Está em discussão o destaque da bancada do PT, não o projeto.

Alguém quer se inscrever para falar do destaque?

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, só para esclarecer, o destaque estabelece o quê?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Trata-se de um substitutivo global da sua bancada e, sinceramente eu não sei qual o assunto.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, está compreendido. Temos um debate muito longo já acompanhando todo o tema das secretárias regionais, em termos do papel da resolutividade dela, dos investimentos. Nós temos debatido isso muito. Eu, particularmente, tenho-me aprofundado e gosto muito do debate sobre o desenvolvimento regional, mas temos uma conclusão clara de que da forma que elas estão organizadas, e ainda mais agora com a proposta do governo de transforma-las em agências, elas simplesmente perdem o sentido de existir. Então, a nossa bancada vem debatendo uma proposta alternativa no sentido de que se pense uma nova perspectiva de organização. A nossa proposta substitutiva que fizemos, sr. presidente, na comissão de Constituição e Justiça, nesse momento, não tem condições de ser discutida. Então, votamos favorável à proposta do deputado Rodrigo Minotto, e entendo, sr. presidente, que quando uma emenda de alguém deputado vem a Plenário, ela deveria voltar à comissão de

Constituição e Justiça. Sempre houve esse encaminhamento aqui nesta Casa.

Então, sou favorável à extinção das secretarias Regionais de Santa Catarina porque estamos vendo que com essa nova função ficará pior, muito pior do que era antes. As agências de Desenvolvimento Regional, de fato, perdem sua possibilidade de representar a sociedade e de pensar o desenvolvimento regional.

Por isso, minha votação, minha proposta é pela extinção, proposta já apresentada aqui pelos deputados Mário Marcondes e Rodrigo Minotto.

Muito obrigado!

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, a título de esclarecimento, nós da bancada do PT, estamos retirando o destaque, mas queremos fazer o debate do projeto. É posterior a votação dos destaques?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Depois da votação do destaque.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Ok!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - V.Exa. está retirando o destaque?

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sim, o destaque do PT. Nós queremos fazer o debate do projeto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Então, agora está em discussão o Projeto de Lei n. 0260. Quem se inscreve para falar?

Em discussão.

Temos o deputado Fernando Coruja, deputado João Amin, deputado Darci de Matos, deputado Julio Ronconi e o deputado Valdir Cobalchini, são os inscritos. Vamos deixar claro para depois não haver nenhum cerceamento de interesse.

Deputado Leonel Pavan. Mais algum inscrito? Estão encerradas as inscrições. Tempo de cinco minutos para os inscritos, a partir da deputada Luciane Carminatti, que se inscreveu primeiro.

Deputada Luciane Carminatti, v.exa. tem a palavra por até cinco minutos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero deixar bem claro que, em sã consciência, nenhum deputado é contra a descentralização. Todos nós queremos um estado descentralizado, sobretudo quem mora no extremo oeste catarinense, que tem o poder central na capital distante cerca de 600 a 700km. Então, nós somos a favor da descentralização, o grande questionamento que fazemos é de que forma, para que e como se faz essa descentralização.

Portanto, o nosso questionamento é em relação ao projeto que foi apresentado.

Eu quero aqui trazer um comparativo em relação às SDRs e às agências de Desenvolvimento Regionais. O que muda em relação aos cargos comissionados tão falados: redução de apenas 106 do total de 455. Funções gratificadas: redução de apenas 136 de um total de 468. Com relação ao poder de decisão - e aqui está a maior redução - de acordo com a Lei Complementar n. 0381/2007, as secretarias de Desenvolvimento Regional, com todo o questionamento que tínhamos, tinham sob sua responsabilidade 30 competências, 30 finalidades, 30 funções, agora com as agências, serão apenas 13 competências.

Com relação aos conselhos de Desenvolvimento Regional, tínhamos anteriormente nove competências, agora apenas cinco. Então, quero fazer esse debate para dizer que quando o PT apresentou uma proposta de emenda substitutiva global foi no sentido de pensar o desenvolvimento regional.

Entendemos que o governo precisaria ter um espírito público mais aberto para o diálogo. Poderíamos construir uma descentralização ouvindo todas as regiões. E tenho certeza de que não precisaria haver cargos de confiança, bastaria que houvesse uma estrutura enxuta, quem sabe um secretário-executivo apenas para fazer a articulação, juntando com todo o trabalho das equipes das associações de municípios, das universidades, das instituições que produzem conhecimento para que pudéssemos em cada região

pensar sobre os problemas regionais, executar planos estratégicos e ter o recurso, e não para fazer uma ponte ou a reforma de uma escola, porque para isso não precisa haver uma estrutura intermediária, para isso basta haver convênio entre estado e município. É uma falácia dizer que precisa ter estrutura descentralizada para isso.

Agora, para desenvolver a região, para pensar plano estratégico de desenvolvimento, precisaria haver um modelo de descentralização. Por isso, a nossa proposta é de uma consulta pública para construir esse debate em cada região. Precisamos de uma estrutura enxuta que funcione e que de fato respeite a decisão que acontece lá nas regiões.

Queremos com isso dizer que não apresentamos aqui a nossa emenda porque queremos, deputados do PT, inclusive fizemos um debate hoje sobre a necessidade de aprofundar a discussão e construir um modelo descente para Santa Catarina. Também é bom dizer que não queremos as SDRs porque isso não descentraliza e trata-se de cabide de empregos, como falou o governador Raimundo Colombo, mas igualmente não queremos o faz de conta das agências. São agências que não vão decidir nada, sendo assim para que as agências?

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a minha manifestação, em parte, vai ao encontro das palavras da deputada Luciane Carminatti. Apresentamos as emendas e não vamos defendê-las aqui em destaque, mas diria que elas garantiriam o texto original da Lei, a não retirada das competências.

O PMDB, como já foi dito pelo deputado Mauro de Nadal, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e por este deputado, integrante da comissão, não é contra a diminuição da estrutura da secretaria, absolutamente. E se porventura tiver que diminuir, somos favoráveis. Agora, as

secretarias regionais representam uma grande conquista para cada uma das regiões em Santa Catarina. Quanto a simples mudança de secretaria para agência, somos totalmente favoráveis. E vamos votar favoravelmente a essa decisão de governo.

Algumas questões nós iremos continuar discutindo, srs. deputados, como a lotação de servidores que ficam no limbo a partir da votação deste projeto. Nós vamos discutir se é em forma de decreto, se através de uma nova legislação, mas que esses servidores não fiquem na insegurança, como também a questão das secretarias. Eu acho que é um grande teste. Se as agências de Desenvolvimento Regionais substituem o papel das secretarias Regionais nós vamos aplaudir. Pessoalmente, vou aplaudir, até porque já fui secretário Regional e acredito que a região da qual dirigi, como outros colegas deputados aqui também o foram, cumprimos com um grande papel no desenvolvimento das nossas regiões. E penso que nós precisamos continuar discutindo, inclusive porque não fizemos esse debate na bancada do PMDB e nem no partido, mas essa é uma conquista que foi oportunizada, de iniciativa do nosso querido e saudoso governador Luiz Henrique. Não me prendo, neste momento, a nenhum cargo, eles não precisam sequer existir, não precisa haver ônus para que haja a descentralização em cada região. Nós não abrimos mão do processo de descentralização, aonde as regiões decidem o que fazer, que não precise mais de beijar a mão de quem quer que seja, mas que lá na base, no município, na região, seja decidido o que é melhor para o desenvolvimento de cada uma das regiões.

Portanto, hoje, como deputado, votarei a favor do projeto original como encaminhado pelo Executivo, ressaltando a pendência das lotações dos servidores que quero, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, continuar discutindo e encontrar uma solução para esses servidores.

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Apenas solicito a votação no painel também.

DEPUTADO GELSON MERISIO (PRESIDENTE) - Na hora oportuna.

Com a palavra, por até cinco minutos, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, descentralizar significa levar alguma coisa que está no centro para a periferia. Quer dizer, exemplificando, o poder está concentrado em Florianópolis e os servidores que estão aqui, que têm poder de decisão, seriam levados para locais mais longínquos. Se você apenas cria uma estrutura e não descentraliza, só cria novos cargos, mas não leva o poder de decisão, ele fica centralizado e você não descentraliza.

(Manifestações das galerias)

Entendo que ninguém pode ser contra a descentralização, porque descentralizar significa debater, discutir, não ter medida provisória, não ter poder autoritário, você precisa descentralizar as coisas. Então, o governador Luiz Henrique da Silveira, utilizando uma experiência europeia, decidiu implantar a descentralização em Santa Catarina. Agora, o modelo foi ao longo do tempo desvirtuado, o poder começou a se centralizar de novo e esse projeto de lei centraliza ainda mais. Por quê? Porque ele tira o poder de decisão para executar das regionais e passa essa decisão para o poder central.

Então, é claro que aqueles que defendem a ideia de descentralização democrática, em que o poder vai ser debatido na ponta da linha, que o povo vai escolher o que fazer com o dinheiro, vai escolher a prioridade, não podem acreditar que essa mudança seja para melhorar a descentralização. Evidentemente que não é.

O que esse projeto traz de positivo é que diminui alguns cargos com a ideia de que, neste

momento, o país está em dificuldades, o estado também, por isso tem que diminuir os cargos, mas está longe de cumprir aquilo que é a descentralização.

Se não der certo o modelo proposto atualmente por esse projeto, que vai passar aqui evidentemente - e sei que não vai dar certo porque tira todo o poder de descentralizar, temos que caminhar a médio prazo para extinguir, porque se é para ficar da maneira como está colocado é claro que não serve, por mais que queiramos descentralizar não é com essa proposta que vamos conseguir.

Quero enaltecer aqui a iniciativa do deputado Mauro de Nadal que procurou fazer um trabalho no sentido de aperfeiçoar o projeto. Nós temos, inclusive, servidores - e aí todos os servidores precisam ser defendidos - da Polícia Militar, que estão nas galerias reclamando, com a extinção eles não terão mais lotação, eles pertencem a uma categoria que não existe mais na Educação e, por isso, é preciso solução.

O deputado Mauro de Nadal procurou essa solução, não encontramos no Legislativo, não foi por falta do empenho também do deputado Valdir Cobalchini, que vai procurar no governo essa solução, através do decreto colocado, e nós queremos ajudar nisso.

Então em relação às secretarias, entendo que o projeto do governo tem um ponto positivo de diminuir os cargos, mas há um ponto altamente negativo: a centralização.

A decisão, que era na ponta da linha, passa cada vez mais ser feita centralizadamente, o que faz com que ocorram muitos desvios, tais como ocorrem no governo federal, estadual e também em vários locais. Quando o poder não passa pelo povo, as decisões são piores e, muitas vezes, são tomadas escondidas.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestações das galerias)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado João Amin, por até cinco minutos.

DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha na Assembleia Legislativa, pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Como membro da comissão de Constituição e Justiça apresentei uma emenda no desejo da implementação das 11 Regiões Metropolitanas e que foram aprovadas em 2010 e 2014 nesta Casa Legislativa. Ainda não era deputado.

Mantendo a coerência de que vem há muito tempo criticando o exagerado número de secretarias no estado de Santa Catarina, num total de 59, mais do que o estado do Paraná e do Rio Grande do Sul juntos e também mais do que a União tem de ministérios, registrei ainda, no meu parecer, a minha contrariedade, do ponto de vista de gestão coerente com tudo aquilo que o nosso partido sempre defendeu ao longo dos últimos anos, deputado Valmir Comin.

O Tribunal de Contas quando analisou as contas referentes ao estado de Santa Catarina do ano de 2010, no exercício 2011, demonstrou que além do dobro, a litoralização e a centralização de recursos acontecem periodicamente, ou seja, secretaria regional é uma coisa, descentralização é outra, como diria um manezinho bem famoso de Biguaçu: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa completamente diferente, deputado Leonel Pavan.

Na manifestação ainda do Tribunal de Contas, ressalto a afirmação de que mesmo se dizendo descentralizador, o estado gasta muito mais de forma centralizada, sendo a maior despesa das SDRs com pessoal, seja comissionado ou de carreira, e também com custo operacional. Tanto é fato de que o modelo adotado não vem funcionando a contento, que o fenômeno da litoralização, como já falei, continua crescente em nosso estado.

Partindo da premissa da necessidade da administração estadual pelo interior de Santa Catarina, acredito que a melhor forma de reverter

essa situação seria a implementação das Regiões Metropolitanas, de acordo com os Projetos de Lei 0495/2010 e 0636/2014.

No ano de 2014 foram gastos, mesmo já no governo de Raimundo Colombo, com as secretarias sendo esvaziadas, R\$ 418 milhões. No momento em que o estado de Santa Catarina é rebaixado por duas agências no seu grau de investimento, tanto na *Standard & Poor's* como a *Moody's*, e quando se fala num *déficit* do Orçamento da União de mais de R\$ 50 bilhões, Santa Catarina precisa dar o exemplo.

Para agravar ainda mais as coisas, a situação econômica do país não recomenda isso, obriga o enxugamento da máquina. E o governador Raimundo Colombo dá um passo, mesmo que tímido, a caminho da extinção das secretarias regionais.

Por isso, o nosso partido apoia o projeto. Já adiante o nosso posicionamento favorável ao projeto, porque sabemos que a partir daí o enxugamento pode ocorrer, e a real descentralização é que tem que ocorrer.

A "ambulancioterapia" continua acontecendo, e também o beija-mão na Assembleia Legislativa, pelo número de prefeitos que vêm periodicamente neste Parlamento pedir recursos. Então, que Santa Catarina dê o exemplo.

Trago o artigo do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, no dia 23 de outubro de 2015, onde destaque: "A gestão pública deve assumir uma postura condizente com a realidade e se adaptar aos desafios com coerência. O custo com manutenção da máquina pública chegou ao limite e é necessário diminuí-lo".

Só para finalizar, o governador Raimundo Colombo, num artigo também no mesmo jornal, disse o seguinte: "Temos todas as condições para enfrentar e superar os desafios que virão".

Com isso, encerro o meu pronunciamento, a favor da transformação das secretarias em agências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, ative-me muito à leitura desse projeto da implantação das agências em vez das secretarias, e acho que é um processo. Quando se quer ir do "a" para o "c", você passa pelo "b", mas evidentemente sentimos que o governo está querendo reduzir custos e está com o pensamento contemporâneo.

O Brasil está com dificuldade, o estado está com dificuldade, os municípios estão com dificuldades! O problema é que o Brasil não encontra o estado de eficiência necessário. Esse é o caminho que o Parlamento está querendo com relação a este projeto, que melhorou o que está, mas sabemos que vai dar um tempo e vai ser necessária outra medida para reduzir mais ainda, justamente porque a população, o meio empresarial e a as pessoas que hoje estão com dificuldade de pagar as suas contas em supermercado, veem a esfera pública como a vilã e com razão.

Por isso, eu vou acompanhar o meu partido, mas quero registrar aqui que esse não é o melhor caminho, e que já deveríamos ter ido do "a" para o "c".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo iniciar o meu pronunciamento saudando todos e dizendo, deputada Luciane Carminatti, que fiquei um pouco constrangido com o pronunciamento de v.exa., quando, no meu entendimento, de maneira deselegante, dirigiu-se a todos nós, desta tribuna, num gesto de quase puxar nossas orelhas, dizendo que espera - e eu prestei atenção -, que os deputados votem com autonomia e responsabilidade, dando a impressão de que há parlamentar nesta Casa que não vota com responsabilidade.

Então, não poderia deixar de fazer esse registro, que ficou claro e evidente no seu pronunciamento.

Mas, sr. presidente, quero dizer que o debate das Regionais é salutar. Nós temos diversas proposições, como a do PT, com a criação de oito governanças; do deputado João Amin, com a criação de 11 Regionais e a implementação das Regiões Metropolitanas, que haveremos de instituir muito em breve; e temos na bancada do PSD, por exemplo, que é a posição do presidente Gelson Merisio, pela extinção das SDRs.

Voto na proposta do nosso partido, do governador Raimundo Colombo, porque queremos fazer com que as nossas agências, de forma racional e, sobretudo com uma gestão honesta, com a cara de Santa Catarina, continuem proporcionando a descentralização e atendendo aos municípios em todo o interior do estado, fomentando o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Portanto, todas as propostas são importantes, mas a do governador, neste momento, no meu entendimento, é a mais racional, porque extingue 242 cargos comissionados e gratificações, proporciona R\$ 5 milhões de economia aos cofres públicos por ano e ainda mantém as agências no interior do estado, cumprindo com aquela missão, vislumbrada pelo saudoso ex-governador Luiz Henrique da Silveira, quando criou as Regionais, que era de promover a descentralização.

Portanto, encerro as minhas palavras, sr. presidente, dizendo que sempre procurei votar com autonomia, com responsabilidade, porque o Parlamento Catarinense é responsável, debate e busca a convergência, mas é na divergência que crescemos que avançamos. Foi assim que ao longo dos séculos transformamos, deputado José Milton Scheffer, Santa Catarina num estado de excelência, num estado que orgulha a todos, num estado que tem as contas mais equilibradas do Brasil, porque atuamos, agimos e votamos sempre com racionalidade e responsabilidade.

Portanto, tenho certeza de que a proposta do governador Raimundo Colombo haverá de ser

aprovada, porque neste momento é a melhor proposta para Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, em primeiro lugar quero falar um pouco sobre a história das secretarias de Desenvolvimento Regional. É inegável que Luiz Henrique da Silveira alcançou o seu objetivo ao instituir as Regionais: pavimentar todos os acessos das cidades de Santa Catarina. E se ele não conseguiu pavimentar 100%, mas a outra parte, quando estivemos no governo, assim o fizemos, deputado Valdir Cobalchini, e as que faltaram depois Raimundo Colombo finalizou.

Mas as Regionais, enquanto atuaram na forma como foram criadas, eram de fundamental importância, é inegável. Nós viajavamos o estado e víamos como dizia o ex-governador Luiz Henrique: "Mais um teto novo, mais uma empresa nova." Referindo-se às Regionais.

Mas temos que entender que elas perderam a sua finalidade, elas acabaram caindo no descrédito da população, até porque elas não recebiam mais os recursos que deveriam receber e não conseguiam mais atender as exigências da própria sociedade, os conselhos não se reuniam mais, ela foi ficando desacreditada.

Em função disso, há necessidade de um choque, de uma mudança radical. O governador - e quero aqui defendê-lo - está seguindo a moda no Brasil de enxugar a máquina, de mostrar à população uma redução nos gastos com funcionários, com os cargos de confiança, e apresenta-nos um projeto mudando o nome para agência e reduzindo alguns cargos de confiança.

Eu sempre defendi isso, e ainda quando vice-governador disse ao governador Luiz Henrique da Silveira que poderíamos mudar um pouco, mostrar à sociedade que é possível ter secretarias Regionais associadas aos 21 municípios. Tentei fazer uma emenda a respeito e cheguei a discutir a emenda

com o corpo técnico desta Casa, mas aí teríamos que discutir quais os cargos que seriam destituídos, fazer um grande estudo, o debate seria muito amplo e o projeto teria que voltar às comissões. Então, entendemos que não deveríamos atrapalhar e votar o projeto original.

Mas teremos, sim, num curto espaço de tempo, que rediscutir a questão das secretarias e das agências. Teremos que rediscutir o fato de as secretarias de estado suprirem aquilo que faziam antes, na época de Luiz Henrique da Silveira, Eduardo Pinho Moreira e depois Leonel Pavan. Acho até que não teriam mais necessidade de existir, mas o seu objetivo foi alcançado na época em que o governador Luiz Henrique da Silveira as implantou. No entanto, temos que votar porque está havendo um choque de gestão, é preciso reduzir os gastos. A minha defesa maior é no sentido da redução de grande parte das Regionais. Existem regiões com quatro, cinco cidades e, muitas vezes, as Regionais não atendem aos anseios da sociedade.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, até para esclarecimento para as próximas votações, eu não compreendi bem a retirada ou o não acatamento da emenda do deputado Rodrigo Minotto. Até gostaria que ela fosse apreciada porque o meu voto seria pela aprovação, pela extinção das Regionais.

Temos conversado aqui no plenário e muitas pessoas estão em dúvida sobre isso. Tenho certeza de que v.exa., como conhecedor do Regimento, pode esclarecer isso, pois sempre foi muito transparente. Quanto à questão das Regionais, não foi a primeira vez nem será a última, que me reporto ao assunto da extinção das Regionais. Elas não funcionam. Se elas funcionassem, eu estaria aqui as defendendo, mas não funcionam porque não atendem aos desejos da população, trazem um gasto excessivo. Não têm funcionalidade. Inclusive, os secretários do Desenvolvimento Regional vêm à capital para discutir com o secretário da pasta

respectiva as questões da Saúde, Infraestrutura, Educação e outras mais. Além disso, todos os prefeitos e vereadores vêm ao Parlamento Catarinense para resolver os seus problemas. Então, qual é a função das secretarias de Desenvolvimento Regional?

Tenho certeza de que a minha fala é também a de vários srs. deputados que têm a compreensão de que elas não resolvem os problemas dos catarinenses e trazem muito gasto para o estado. Temos a oportunidade de, neste momento, extingui-las e aí, sim, fazer outro debate, o das Regiões Metropolitanas, das grandes mesorregiões. Temos grandes problemas. Infelizmente, não entendi o não acatamento da emenda de autoria do deputado Rodrigo Minotto para que este Parlamento desse uma resposta à comunidade catarinense pela extinção dessas secretarias Regionais e que pudéssemos auxiliar o governo com outras propostas que iriam resolver os problemas dos catarinenses.

Infelizmente, o meu voto será contra esse projeto porque entendo que criar as agências não resolve o problema, o povo de Santa Catarina quer muito mais. O meu posicionamento foi sempre, desde a criação das secretarias de Desenvolvimento Regional, de que elas não atendem a comunidade, é cabide de empregos. E o governador disse isso claramente. Acho que o Parlamento Catarinense deveria ajudar o governo a extinguir essas secretarias.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Muito obrigado, sr. presidente. Eu quero parabenizar o governador do estado de ter tomado a iniciativa de reduzir a quantidade de cargos das secretarias regionais.

Num levantamento feito pelo meu gabinete e por outros, ficou contatado que apenas na SDR de Mafra no ano de 2014 os gastos com a folha de pagamento e outros investimentos, só na área de pessoal, chegou a R\$ 5 milhões, sendo que em investimentos apenas R\$ 687 mil. Então, essa conta está errada

e, tenho certeza, todos os deputados ou a grande maioria gostaria de ver extintas essas secretarias.

No entanto, sabemos que como é um projeto de origem do Executivo, temos que respeitar a constitucionalidade dele e votar favoravelmente.

Todos nós, catarinenses, gostaríamos de ver o governo investindo cada vez mais em Segurança Pública e Educação. Então, parablenizo o governador do estado por encaminhar para esta Casa um projeto de lei reduzindo cargos das secretarias regionais. Em 2009, quando fiz parte da SDR, como estava exercendo a função de presidente da câmara de vereadores e tinha assento no conselho, por diversas vezes, todos os projetos acabavam sendo aprovados, mesmo sem critérios, sem dizer se aquilo seria bom ou ruim, enfim, cada município que apresentava os projetos defendia os seus valores. Os projetos vinham para cá, percebíamos que os prefeitos muitas vezes queriam ver seus projetos aprovados depois de passar pela SDR, gastando mais dinheiro público para fazer com que os projetos fossem aprovados aqui. Então, para que as SDR?

Portanto, quero parabenizar o governador Raimundo Colombo por mandar este projeto que reduz os cargos nas SDRs.

Parabéns e o meu voto é favorável.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, não poderia deixar de me manifestar nesta tribuna. Vivi todos esses momentos da descentralização, acho que ela foi uma peça fundamental para desenvolver toda a região de Santa Catarina. Recordo-me de ver as favelas crescendo e, depois da descentralização, os pequenos municípios não perderam mais as suas comunidades que saiam atrás de emprego para os grandes centros.

Então, as SDR cumpriram um papel fundamental. Hoje o Brasil vive um momento difícil, não estão fazendo nada para reduzir a máquina do governo.

Santa Catarina está fazendo, já no primeiro momento reduziu despesas, diminuiu os cargos terceirizados e, agora, no segundo momento, está reduzindo despesas, diminuindo os cargos comissionados das secretarias de Desenvolvimento Regional.

Portanto, evidentemente, estamos preparando cada vez mais para sermos um estado de excelência, um dos melhores estados da federação, porque temos um governo preparado para que o estado dê esse salto de qualidade.

Então, acredito cada vez mais que a máquina do governo terá dinheiro para investimento na Saúde, Educação, Segurança Pública, que são setores importantes e fundamentais para a nossa economia.

Por isso, é importante estarmos preparados para essas mudanças fundamentais no governo. Assim, voto tranquilo. Votei "sim" na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público porque sinto que o governo precisa reduzir, enxugar a máquina e fazer com que o Brasil copie Santa Catarina e ache o caminho.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Rodrigo Minotto.

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prestei muita atenção na fala do deputado Leonel Pavan pela sua experiência como vice-governador, governador, senador e, de certa forma, quero deixar bem claro que a posição do PDT sempre foi pela extinção das secretarias de Desenvolvimento Regional, e por quê? Porque realmente entendemos que o conceito, quando da sua criação, mudou nos dias de hoje.

Mas também temos que respeitar a posição do governador que tende a diminuir os custos, apesar de ser pequeno o corte. E nós esperamos que neste momento, esta Casa Legislativa, pela demonstração, pelo aval que estamos dando ao governo, que realmente pense no futuro próximo numa reorganização dessas agências de Desenvolvimento Regionais no estado de Santa Catarina.

Esperamos também que elas tenham mais força na execução das políticas públicas, porque as secretárias setoriais do governo representam 85% da sua execução. E os gastos que foram apresentados pelo Tribunal de Contas do estado, no ano passado, demonstram os valores que são investidos e gastos com o dinheiro público.

Então, a nossa posição é clara e, por isso também, apresentamos essa emenda da extinção.

Entendemos que este momento é de dar a oportunidade ao aval do governo para que possamos num futuro breve rever essa posição.

O PDT vai votar a favor da proposta inicial do governo.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Gelson Merisio (Presidente) - Muito obrigado, deputado Rodrigo Minotto.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votaram "não" rejeitam-na.

Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero fazer o registro de que a nossa bancada fez uma proposta, já comentei antes, e vamos insistir e continuar debatendo para mudar a lógica das Regionais, criar grandes governanças regionais, e a nossa proposta são oito. Não tiramos a proposta, neste momento, na nossa avaliação, pois não cabia esse debate, uma vez que votaremos, neste momento, e a nossa posição é extinção das regionais como existem hoje.

Por isso, votaremos "não", mas não contra o projeto do governo ou a retomada das regionais como estavam, a nossa proposta é pela extinção das regionais.

Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, pela ordem, encaminhamento de voto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de voto, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu também quero fazer um registro, porque a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda substitutiva global no seu art. 1º da emenda, que destacava pela extinção das SDRs.

Nós fizemos o debate nas duas comissões, e hoje na reunião da bancada decidimos que não apresentariamos a matéria em plenário por entender que não é o foco da nossa emenda. O grande foco do debate aqui é a extinção das agências e das SDRs, é isso que defendemos, bem como a constituição do modelo alternativo que respeite a construção regional e que ouça o que as associações já estão construindo, para tanto, não seria preciso construir grandes estruturas.

Então, queremos avançar neste debate com muita humildade, apesar de reconhecermos que precisamos discutir mais.

Por isso, queremos reafirmar que somos contra a extinção das SDRs, mas também não acreditamos que as agências vão descentralizar este estado.

Obrigada, presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim" e quatro votos "não".

Está aprovada a matéria.

Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Queria aproveitar a oportunidade para convidar os srs. deputados e sras. deputadas para participarem, hoje, a partir das 19h, nesta Casa, da sessão especial em homenagem à ABIH/SC, em comemoração aos 50 anos.

Como temos uma grande ligação com o setor do turismo, queremos convidar todos os parlamentares.

Nesta noite, inclusive vamos homenagear também a Universidade de Turismo e Hotelaria, de Balneário Camboriú, pelos 25 anos completados recentemente.

Então, estão todos convidados.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

LEONEL PAVAN (Orador) - Faz referência à grande incidência de casos de câncer de pele e à falta de investimentos na infraestrutura em Balneário Camboriú, que recebe mais de um milhão de turistas durante a temporada de verão.

Comenta que o Poder Público e as empresas privadas preparam-se para receber os turistas, destacando que os residentes não têm recebido os mesmos cuidados, lamentando o fato de a cidade precisar de intervenção judicial para zerar uma fila de espera para tratamento de problemas de pele.

Afirma que a cidade tem problemas e passa por um momento de falência governamental.

DEPUTADO VALMIR COMIN (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em comemoração aos 50 Anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina.